

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

# DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

  
ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

# Dicionário das Crises e das Alternativas



## **DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS**

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado  
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79  
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901  
www.almедина.net · editora@almедина.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

do FMI no contexto desta crise. A contestação social que emergiu, face às medidas de austeridade impostas pelo governo e à gestão danosa das contas públicas, acabou por conduzir à demissão do primeiro-ministro Geir Haarde, em janeiro de 2009, e ao seu julgamento por práticas danosas.

A resposta islandesa à crise reveste-se de um simbolismo importante para a questão da democracia participativa na Europa e a formação de respostas alternativas à crise. Após a queda do governo de Haarde, o novo governo de centro-esquerda, liderado pela social-democrata Jóhanna Sigurðardóttir, anunciou uma iniciativa popular para redigir uma nova constituição através de assembleias de cidadãos e, sob iniciativa presidencial, realizou dois referendos populares sobre o pagamento da dívida da banca ao Reino Unido e aos Países Baixos. Em ambos os referendos, o povo islandês recusou assumir a dívida dos bancos falidos. Estas decisões, que vão contra as diretivas neoliberais do FMI e a prática de outros governos europeus, que optaram por resgatar os bancos privados financiando-os com capitais públicos, representam por isso uma resposta alternativa importante. A economia islandesa está a recuperar e o impacto social da crise tem sido minimizado através da expansão dos programas de apoio social no curto prazo. A Islândia apresentou também a sua candidatura à UE em 2009.

*Licínia Simão*

## **Itália**

A crise atingiu a Itália de formas idênticas às de outros países, cruzando-se ao mesmo tempo com traços nacionais distintos. Também em Itália se estabeleceu um novo Governo, liderado pelo tecnocrata Mario Monti e apoiado por uma vasta coligação de esquerda-centro-direita, que começou a pôr em prática o “rigor orçamental”. O sistema de pensões foi “reformado” e estão a caminho mais intervenções. Apesar da mão pesada do Governo, Monti continua a ser popular entre os italianos. Uma das razões é que Monti trouxe aos italianos sobriedade e reputação depois do (aparente) fim do desacreditado e decadente regime de Silvio Berlusconi. Outra razão é que o Governo se apresentou como um paladino de um liberalismo justo e meritocrático, que a Itália nunca conheceu e que apela a diferentes setores da sociedade italiana. O Governo começou a combater a evasão fiscal com iniciativas fortemente mediatizadas e a atacar o corporativismo, promovendo a liberalização de determinadas profissões

e setores da economia. Por fim, invocou um novo Estado social – o da flexigurança, de tipo escandinavo –, constituindo-o como parte do seu plano para redefinir o mercado de trabalho.

O discurso mobilizado nesta intervenção tem-se centrado na importância dos jovens para o futuro do país, nos aspetos positivos de uma vida laboral ativa e diversificada, e no valor da autonomia e do empreendedorismo. No entanto, faltam os meios para se instituir um Estado social universal, e a dependência da família, que o Governo por vezes ridicularizou, poderá continuar a ser essencial para os desempregados de todas as idades.

À medida que a imagem positiva da Itália, projetada pelo Governo, se for esbatendo, ou que os seus custos económicos e sociais (para não falar das implicações culturais) se tornarem evidentes, a insatisfação e o protesto poderão emergir. Nessa altura, os partidos políticos vão querer entrar em cena e liderar. A crise pode estar a redefinir a economia, o Estado social e a política de Itália, mas o final deste processo continua a ser pouco claro.

*Michele Grigolo*

## Juros

O juro é o preço pago por um devedor ao credor pelo uso do dinheiro emprestado. As partes do contrato de crédito tanto podem ser pessoas, como empresas ou Estados. O juro é atualmente encarado com naturalidade como o preço do dinheiro determinado pela oferta e procura de dinheiro.

No entanto, ao longo da história, a legitimidade do juro esteve sempre sob suspeita. Na Grécia Antiga, Aristóteles ensinava que o dinheiro havia sido instituído para facilitar as trocas, esse seria o seu fim, e que gerar dinheiro a partir de algo “estéril” como o dinheiro era uma atividade absolutamente antinatural e condenável. Ao longo de toda a Idade Média, o juro (a usura), além de condenado em termos éticos, foi tornado ilegal. Alguns doutores da Igreja Católica defendiam que vender dinheiro é vender tempo e que uma vez que o tempo só pertence a Deus, o usurário está a vender algo que não lhe pertence. Outros argumentavam que a usura é uma falha à obrigação da caridade ou à justiça. Todos reconheciam que a usura pode encerrar um potencial de abuso da situação de alguém que é forçado a aceitar o endividamento em posição de necessidade extrema. As leis antiusura, mais ou menos modificadas, existiram na Europa cristã durante 500 anos, até que